



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CURSO DE PEDAGOGIA

STEPHANY FRANCYELLY CANANEAS DE LIMA

**RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA DOS ALUNOS COM TEA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL NO CONTEXTO PANDÊMICO.**

João Pessoa - PB

2022

STEPHANY FRANCYELLY CANANEAS DE LIMA

**RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA DOS ALUNOS COM TEA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL NO CONTEXTO PANDÊMICO.**

Trabalho de Conclusão de curso
apresentado a UFPB, como requisito
para obtenção do título de Graduado em
Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dra. Lisiê Marlene da
Silveira Melo Martins.

João Pessoa - PB

2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732r Lima, Stephany Francyyelly Cananeas de.

Relação família-escola dos alunos com TEA na
educação infantil no contexto pandêmico / Stephany
Francyyelly Cananeas de Lima. - João Pessoa, 2022.
26f. : il.

Orientação: Lisiê Marlene da Silveira Melo Martins.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Ensino e aprendizagem. 2. Transtorno do espectro
autista. 3. Ensino remoto. I. Martins, Lisiê Marlene da
Silveira Melo. II. Título.

UFPB/CE

CDU 37(043.2)

STEPHANY FRANCYELLY CANANEAS DE LIMA

**RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA DOS ALUNOS COM TEA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL NO CONTEXTO PANDÊMICO**

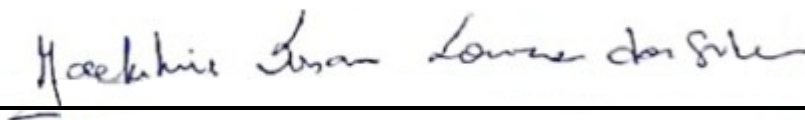
Trabalho final de Graduação apresentado ao curso de Pedagogia da UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB, como requisito para a obtenção do Título de Pedagogo.

Aprovado em 14 de dezembro de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA



Orientadora



Avaliador 1



Documento assinado digitalmente
MAGNO ALEXON BEZERRA SEABRA
Data: 21/12/2022 10:44:49-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Avaliador 2

“Só se pode alcançar um grande êxito quando nos mantemos fiéis a nós mesmos.”

(Friedrich Nietzsche)

AGRADECIMENTOS

Neste momento de realização pessoal e profissional, torna-se difícil agradecer a todos aqueles que contribuíram de alguma forma com minha conquista.

Portanto, primeiramente, agradeço a Deus por estar presente todos os dias em minha vida, dando-me forças para que eu pudesse superar os obstáculos.

A minha orientadora Lisiê Martins, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, por suas correções e incentivos.

Aos meus pais, por sempre acreditarem em mim.

Ao amor da minha vida, pelo apoio e compreensão.

Educação Inclusiva: Relação família – escola dos alunos com TEA na educação infantil, no contexto pandêmico

LIMA, Stephany Francyelly Cananeas¹

RESUMO

O distanciamento social decorrente da pandemia de COVID-19 exigiu adaptações dos professores a uma nova realidade, na qual o ensino remoto tornou-se a alternativa mais prudente para a proteção à saúde. Diante deste contexto, este estudo buscou investigar evidências que os estudos nacionais publicados entre 2020 e 2022 trazem sobre o percurso de ensino e aprendizagem de crianças com TEA durante o ensino remoto. Assim, se teve como objetivo conhecer o percurso de ensino e aprendizagem desenvolvido junto a estudantes com TEA durante o ensino remoto, evidenciados em estudos nacionais publicados entre 2020 e 2022. E ainda se objetivou, conhecer recursos e estratégias pedagógicas utilizados durante o ensino remoto; identificar os elementos que beneficiaram o processo de ensino e aprendizagem de crianças com TEA durante o ensino remoto; identificar os elementos que dificultaram o processo de ensino e aprendizagem de crianças com TEA durante o ensino remoto. Para o desenvolvimento deste estudo, como procedimento metodológico foi realizada uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, utilizando-se de livros, artigos e publicações científicas como fontes de coleta de dados, tendo como critério de inclusão: publicações completas disponíveis na íntegra, gratuitos, no idioma português, que abordavam no título ou no resumo a temática investigada. O levantamento do estudo apontou os elementos que dificultaram o processo de ensino e aprendizagem de crianças com TEA durante o ensino remoto, estratégias pedagógicas utilizados durante o ensino remoto; e elementos que beneficiaram o processo de ensino e aprendizagem de crianças com TEA durante ensino remoto. O trabalho trouxe como contribuição assuntos relacionados à educação no período pandêmico, com enfoque sobre crianças com TEA.

Palavras-Chave: Ensino e Aprendizagem; Transtorno do Espectro Autista; Ensino Remoto.

ABSTRACT

The family is configured as a space for cultural formation and establishment of interrelationships, in which it becomes responsible for most of the child's learning, considering that parents are the first people with who they learn and must serve (and as an example) of a mirror to promote the child's motivation to study. It is up to the family and especially to the parents (those who have direct responsibility for their training), the responsibility of creating a link with the school by being present in the educational process of her children, guaranteeing their involvement and commitment to this process. What Evidence do national studies published between 2020 and 2022 bring about the teaching and learning path of children with ASD during remote teaching? Thus, the study aims know the teaching and learning path developed with students with ASD during remote teaching, evidenced in national studies published between 2020and 2022. Specifically, tok now pedagogical resources and strategies used during remote teaching; identify the elements that benefited the teaching and learning process of children with ASD during remote teaching; to identify the elements that hampered the teaching and learning process of children with ASD during remote teaching. Therefore, qualitative bibliographic research was carried out, using books, articles and scientific publications as sources of data collection.

Keywords: Teaching And Learning; Autism Spectrum Disorder; Remote Teaching.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
1.1 OBJETIVOS.	10
1.1.1 Objetivo geral.....	10
1.1.2 Objetivos específicos.....	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
2.1 O processo de inclusão educacional no Brasil	11
2.2 A escola inclusiva e a criança com TEA	15
2.3 O Desenvolvimento da Família para a promoção da Inclusão Escolar	16
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.	17
3.1 A escolha do tema.	18
3.2 Levantamento dos estudos	18
3.3 Leituras do material	19
3.4 Fichamentos.....	20
3.5 Organização lógica do assunto	20
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	20
4.1 ELEMENTOS QUE DIFICULTARAM O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM TEA DURANTE O ENSINO REMOTO	21
4.2 ELEMENTOS QUE BENEFICIARAM O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM TEA DURANTE O ENSINO REMOTO	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS.....	27

1 INTRODUÇÃO

Devido à pandemia do Coronavírus no ano de 2020, a educação passou por uma transição na qual as aulas presenciais passaram a ser transmitidas de forma remota. O mundo passou a se adequar a uma nova realidade: escolas fechadas e com aulas remotas. Os alunos passaram a ter aulas e estudar dentro de suas casas e com recursos pessoais, como vídeo aulas assistidas pelo computador, mediadas por seus professores. A família se tornou ainda mais uma vez, peça-chave no processo educacional, pois sua presença ajuda a esclarecer e modificar o processo de adaptação social e cultural do aluno na realidade. Até pouco tempo atrás, a família era excluída do processo educacional, mas atualmente a tendência é de aproximação, fazendo-se entender que a escola já não é mais um campo isolado.

Na realidade, a demonstração de interesse dos pais pela vida escolar dos filhos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no período pandêmico se tornou essencial para o processo de ensino – aprendizagem.

É direito do aluno garantido pela Lei 13.146/15 com relação a uma escolarização de igual condições como as demais pessoas, ou seja, envolve o acesso, permanência e desenvolvimento, além de profissionais voltados para a inclusão dentro da escola, a fim de que seus direitos sejam garantidos a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Para Camargo (2009), a convivência compartilhada da criança com autismo na escola, a partir da sua inclusão no ensino comum, pode oportunizar os contatos sociais e favorecer não só o seu desenvolvimento, mas o das outras crianças, à medida em que estas últimas convivam e aprendam com as diferenças.

A escolha do tema deste trabalho se deu pela convivência de crianças com autismo na escola, buscando responder os objetivos do trabalho descrevendo as estratégias pedagógicas abordadas nesse período pandêmico com aulas remotas que beneficiaram o aprendizado dessas crianças com TEA e descrever também as dificuldades que passaram com as aulas remotas.

Diante disto, surgiu a seguinte pergunta de investigação: Quais evidências os estudos nacionais publicados entre 2020 e 2022 trazem sobre o percurso de ensino e aprendizagem de crianças com TEA durante o ensino remoto?

Neste contexto, este estudo justifica-se pela relevância e atualidade do

tema e tem por objetivo geral conhecer o percurso de ensino e aprendizagem desenvolvido junto a estudantes com TEA durante o ensino remoto, evidenciados em estudos nacionais publicados entre 2020 e 2022. Como objetivos específicos buscou-se conhecer recursos e estratégias pedagógicas utilizados durante o ensino remoto; identificar os elementos que beneficiaram o processo de ensino e aprendizagem de crianças com TEA durante o ensino remoto, identificar os elementos que dificultaram o processo de ensino e aprendizagem de crianças com TEA durante o ensino remoto.

A hipótese levantada neste estudo se baseia no fato de que acompanhar o desenvolvimento escolar de crianças com necessidades educacionais específicas aumenta as suas habilidades sociais e diminui a incidência de problemas comportamentais. Quanto maior o envolvimento dos pais nas experiências escolares de seus filhos, maior a sua facilidade de interação social.

Por fim, este trabalho está organizado em capítulos. No primeiro capítulo é introduzido o tema da pesquisa, problematização, justificativa e objetivos. No segundo capítulo, é discutida a fundamentação teórica, apresentando o processo de inclusão educacional no Brasil e a criança com TEA, A escola inclusiva e a criança com TEA. O terceiro capítulo abrange os procedimentos teórico-metodológicos utilizados para a realização deste estudo, e o quarto capítulo apresenta os resultados deste estudo a partir da análise dos dados e discussões. O quinto capítulo culmina este trabalho com as considerações finais deste estudo, apontando reflexões sobre os resultados e prospecções para novos estudos.

2.REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O processo de inclusão educacional no Brasil

A educação especial é uma modalidade de ensino transversal a todos os níveis que oferta recursos e serviços para viabilizar a inclusão educacional de estudantes com deficiência. Dentre estes serviços está o AEE (Atendimento Educacional Especializado).

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (Brasil, 2010, p. 28)

Essa característica é parte do processo de Inclusão Escolar, que segundo interpretações apresentadas no site Portal Educação, trata-se do acolhimento democrático que visa atender todas as pessoas nas escolas da rede regular, sem distinção de cor, classe social e condições físicas e psicológicas. Foi firmado na “Declaração de Salamanca” (BRASIL, 1994) o compromisso com o atendimento ao princípio de que as “escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras”.

Para Ainscow (apud MITTLER, 2003), a educação inclusiva seria mais do que a retirada dos obstáculos que impediriam todos os alunos de frequentarem a escola regular, antes de tudo seria um processo dinâmico sem término, uma vez que não seria um mero estado de mudança, mas um processo de reestruturação educacional tanto organizacional quanto pedagógico contínuo. Ou seja, ainda está em construção e passível de transformação e re-significação.

Para Mantoan (2003), o termo *inclusão* não deve se restringir apenas “à inserção de alunos deficientes e/ou necessidades educacionais especiais nas escolas regulares”, mas ser empregado quando houver “a flexibilidade dos critérios de admissão e de permanência nos ambientes escolares, ou seja, uma escola que aceite e mantenha todos os alunos com qualidade de ensino, essa escola que aceita e convive com a diversidade cultural possibilita uma educação para a verdadeira cidadania, uma vez que novas identidades são construídas a partir da assimetria

causada pela tensão entre as diferenças.

Para Stainback e Stainback (1999), a educação inclusiva seria uma educação de qualidade direcionada a todos os alunos da comunidade escolar. Ao conviver com as diversidades, todos os integrantes da comunidade escolar teriam mais benefícios do que perdas. Por outro lado, o aluno com deficiência não deve apenas ser inserido na escola, mas fazer parte de uma comunidade escolar que prime pela inclusão social. E, para atingir a meta de implementar uma educação inclusiva, seriam necessários administradores preocupados com a reforma, reestruturação e renovação de suas unidades de ensino. Cabe, ainda, a estas unidades a formação continuada do seu corpo docente em metodologias de ensino que privilegiem uma abordagem de ensino progressista.

Portanto a relação entre Educação Inclusiva e Educação Especial é a visão partindo do campo aberto da inclusão geral que as escolas oferecem a uma categoria específica a determinado atendimento, para crianças nomeadas “especiais”, cujo título é referente à demanda de recursos específicos de conteúdos e atendimentos pedagógicos, compreendida como Necessidade Educacional Especial (NEE), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino.

A Educação Especial é uma modalidade de ensino transdisciplinar em todos os níveis, etapas e modalidades, e nela se realiza o atendimento educacional especializado, se disponibiliza os recursos e serviços e se orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2007b, p. 10)

De acordo com Braun (2011), diretrizes e legislações referentes à educação inclusiva são recorrentes à orientação quanto ao atendimento educacional especializado, o que nos conduz diretamente às demandas de ensino de alunos com necessidades educacionais especiais, aqueles que apresentam durante sua escolarização aspectos peculiares e significativos quanto aos seus processos de aprendizagem.

Instituições voltadas à educação para pessoas com deficiência, então, foram surgindo, com as aplicações metodológicas advindas dos especialistas citados anteriormente, criando uma nova perspectiva educacional das pessoas com

deficiência, porém esta nova concepção tornou a segregação mais comum, pois com entendimento de uma necessidade educacional especializada às pessoas com deficiência, houve certo retrocesso, discriminando essa parcela da sociedade e concentrando-as novamente em escolas e classes especializadas.

No Brasil, “em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passou a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/1961” (Brasil, 2007b, p. 2) dando início a uma concepção legal com um novo olhar à integração das pessoas com deficiência, com respaldo a melhores condições de educação para estas pessoas.

Segundo Miranda (2004), o quarto momento acontece por volta da década de 1970 e se expressa pela possibilidade de desenvolvimento das capacidades das pessoas com deficiência, por meio da integração social, “cujo objetivo era integrá-los em ambientes escolares, o mais próximo possível daqueles oferecidos à pessoa normal.

Segundo Mantoan (2002), em 1972 foi constituído pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) o Grupo-Tarefa de Educação Especial. E juntamente com o especialista James Gallagher, que veio ao Brasil a convite desse grupo, foi apresentado a primeira proposta de estruturação da educação especial brasileira, tendo sido criado um órgão central para geri-la, sediado no próprio Ministério e denominado Centro Nacional de Educação Especial - CENESP.

Na perspectiva do processo de inclusão, as políticas educacionais têm fundamento no princípio da igualdade de direito entre as pessoas, tem como objetivo uma educação de qualidade para todos, sem discriminação e respeitando acima de tudo as diferenças individuais. Dessa forma, garantindo não só o acesso a essa educação, mas também, a permanência desses indivíduos até a sua formação.

O fato que vem modificar o cenário da educação mundial fica por conta da elaboração da Declaração de Salamanca em 1994, na cidade de Salamanca (Espanha). Este documento foi criado para apontar aos países a necessidade de políticas públicas e educacionais que venham a atender a todas as pessoas de modo igualitário, independente das suas condições pessoais, sociais, econômicas e socioculturais.

A Declaração destaca a necessidade da inclusão educacional dos indivíduos que apresentam necessidades educacionais específicas. De acordo com a Declaração, os princípios por ela defendidos é que as escolas e seus projetos

pedagógicos se adequem às necessidades dos indivíduos nelas matriculados, tendo como base o artigo 10 da Declaração de Salamanca:

Planejamento educacional da parte dos governos, portanto, deveria ser concentrado em educação para todas as pessoas, em todas as regiões do país e em todas as condições econômicas, através de escolas públicas e privadas.

É importante ressaltar que, com a publicação da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008, houve um grande salto na luta pela inclusão educacional das pessoas com necessidades educacionais especiais, pois a mesma estabeleceu as diretrizes básicas para a inclusão escolar de pessoas com deficiência, altas habilidades/superdotação ou com transtornos globais do desenvolvimento. Além disso, definiu como aluno passivo de necessidades especiais aquele que, por apresentar necessidades singulares e divergentes dos demais alunos no domínio das matérias curriculares correspondentes à sua idade, necessitava de recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas (BRASIL, 2008).

Também denominada Lei Berenice Piana, em homenagem à Berenice Piana de Piana, mãe de um menino autista que luta pelos direitos das pessoas com TEA, a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 2012). Trata-se, portanto, de uma política pública, cujo objetivo é estabelecer as diretrizes necessárias, bem como garantias e direitos para o tratamento dos indivíduos com autismo no Brasil. É muito importante a existência de uma norma jurídica que institui uma política pública específica voltada para o atendimento das pessoas com Transtorno do Espectro Autista, pois a partir desta, viabiliza-se a possibilidade de implantação de programas políticos e atos administrativos tendentes a resguardar esses direitos.

2.2 A escola inclusiva e a criança com TEA

Segundo Castro (2012), a chegada da criança com autismo na escola regular gera grande preocupação; tanto por parte da família, quanto da escola. Receber alunos com deficiência, mais especificamente com transtornos invasivos do desenvolvimento, é um desafio que as escolas enfrentam diariamente, pois pressupõe utilizar de adequações ambientais, curriculares e metodológicas.

De acordo com Scardua (2008), para que haja inclusão escolar, é necessário comprometimento por parte de todos os envolvidos; ou seja, alunos, professores, pais,

comunidade, diretor, enfim, todos que participem da vida escolar direta ou indiretamente e para que o acesso esteja garantido, torna-se necessário assegurar a permanência com qualidade. Dessa forma, é essencial focar nos potenciais de cada aluno, é necessário que o educador transmita confiança e segurança para este, para que ele aprenda de forma significativa.

De acordo com Chaves (2014), quando a criança chega à escola os professores devem ter em mente que além de conteúdos escolares a serem aprendidos pela criança é necessário que ele se torne independente, capaz de desenvolver atividades do dia-a-dia por si só, pois muitas vezes os pais realizam tarefas que as crianças poderiam realizar sozinhas.

Segundo Santos (2008), para que o educador consiga fazer essa relação sobre o quê e como ensinar o aluno com autismo é necessária formação adequada, caso contrário a metodologia utilizada em sala não servirá para alcançar o objetivo desejado, que é a aprendizagem. Esse é um grande problema encontrado nas escolas, pois os professores não estão preparados para lidar com essas crianças, pela falta de formação, no currículo dos cursos superiores, as informações sobre autismo são pobres e obsoletas, além disso, a bibliografia é escassa e a maioria dos textos é importada e traduzida, assim como as experiências nesta área.

A inclusão das crianças com autismo na escola regular, precisa de atenção de todos os envolvidos, como citado anteriormente. Dessa maneira: Para que a escola possa promover a inclusão do autista é necessário que os profissionais que nela atuam tenham uma formação especializada, que lhes permita conhecer as características e as possibilidades de atuação destas crianças. Tal conhecimento deveria ser efetivado no processo de formação desses profissionais, sobretudo dos professores que atuam no ensino fundamental (SILVA; BROTHERHOOD, 2009, p. 3).

Segundo Zanfelize (2012):

O professor, por sua vez, deve ter consciência que para a concretização da aprendizagem significativa por parte da criança autista é importante a mudança de suas crenças e atitudes, pois toda criança é capaz de aprender, basta um olhar reflexivo para quais habilidades esta possui; assim é possível focar em suas aptidões. Além disso, é importante que a criança autista interaja com outras crianças, para possibilitar o alargamento progressivo das experiências socializadoras, permitindo o desenvolvimento de novos conhecimentos e comportamentos.

De acordo com Gikovate (2009), outro fator que deve ser trabalhado com crianças autistas é a rotina, pois a quebra de uma rotina pode desencadear um comportamento agitado, no qual a criança se recusa a ir em frente enquanto não se retorne ao padrão anterior. Além disso, a rotina para estas crianças é fundamental para que consigam se organizar no espaço e tempo e assim consigam aprender.

2.3 O Desenvolvimento da Família para a promoção da Inclusão Escolar

Segundo Cambruzzi (1997), a presença e o acompanhamento da família na vida de cada criança é muito importante para o seu pleno desenvolvimento. Sua função é oferecer um lugar onde pode se desenvolver com segurança e aprender a se relacionar em sociedade. Este esforço, sem dúvida, torna-se mais difícil para as famílias dos afetados.

Quando isso acontecer, se exige uma redefinição de papéis de cada membro da família e obriga-os a mudar atitudes e adotar um novo estilo de vida. Esse período inicial da vida é um dos mais importantes para o futuro das crianças com deficiência, pois “é quando recebem ajuda para que criem atitudes básicas em relação à sua perspectiva futura – otimismo/pessimismo, segurança/frustração – e ao aprendizado em geral.”

É importante lembrar que a família é essencial nesse processo de educação infantil porque, as crianças têm mostrado que desenvolvem autonomia, consciência do outro e convivência em grupo. Lembre-se, vale a pena destacar que a parceria escola/família é fator fundamental, pois são eles os seus agentes de transformação em termos individuais e juntos favorecem a mudança da visão ainda distorcida da sociedade sobre as pessoas com deficiência.

De acordo com Rubem (1995), pais de crianças com deficiência agem como espelhos que retornam certas fotos para uma criança. O afeto é muito parecido com um espelho: quando eu demonstro carinho por alguém, essa pessoa se torna meu espelho e eu o dela. É reflexivo e mútuo o sentimento de afeto, onde desenvolvemos um forte vínculo de amor.

Segundo Parolin (2003), depois da família, a escola é o primeiro e essencial espaço para o processo de socialização da criança. O processo de inclusão de crianças e jovens com deficiência na escola inclui regularmente, se necessário, apoio à educação especializada e políticas educacionais brasileiras atuais.

No entanto, a escola terá um sucesso maior se for acompanhada diretamente por familiares dos alunos com deficiência. Este acompanhamento do trabalho, acima de tudo, dá confiança à criança e permite-lhe desenvolver suas habilidades com mais facilidade. Alguns pais ainda não perceberam a importância de seu apoio às instituições escolares de seus filhos, bem como as escolas que não apoiam esta parceria com a família.

O fator decisivo é trabalhar com a família e apoiar o seu envolvimento no processo de inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas, relação que é indispensável na construção da individualidade do sujeito como participante ativo da sociedade. No entanto, o processo requer múltiplos esforços e participação de todos para ser eficaz em diversos segmentos da sociedade, com o objetivo de promover uma verdadeira mudança cultural em relação à diversidade e ao potencial humano.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa qualitativa com embasamento de uma pesquisa exploratória, buscando levantar informações sobre a relação família – escolares alunos com TEA no contexto pandêmico. O estudo foi desenvolvido através de artigos, revistas e monografias que foram publicados no período da pandemia, que visou conhecer o percurso de ensino e aprendizagem desenvolvido junto a estudantes com TEA durante o ensino remoto, evidenciados em estudos nacionais.

A pesquisa exploratória, segundo Andrade (2010) é o primeiro passo de todo trabalho científico com finalidade, sobretudo quando a bibliográfica, proporcionar maiores informações sobre determinado assunto; facilitar a delimitação de um tema de trabalho; definir os objetos ou formular a hipótese de uma pesquisa ou descobrir novo tipo de enfoque para o trabalho que se tem em mente.

De acordo com Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa qualitativa é uma atividade científica que objetiva a construção da realidade, mas preocupando-se com as ciências sociais em um nível de realidade que geralmente não pode ser quantificado, optando por trabalhar com universo de crenças, significados ou valores que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para Andrade (2010), o levantamento bibliográfico é uma etapa fundamental da pesquisa. Além de proporcionar uma revisão sobre a literatura referente ao assunto,

a pesquisa bibliográfica vai possibilitar a determinação dos objetivos, a construção das hipóteses e oferecer elementos para fundamentar a justificativa da escolha do tema.

3.1 A escolha do tema

No ano de 2020 o Brasil, assim como todos os países, iniciou um período de pandemia no qual o mundo passou a se adequar a uma nova realidade: escolas fechadas e com aulas remotas. A escolha do tema deste trabalho se deu pela relevância e atualidade do tema e convivência com crianças com autismo na escola; buscando responder os objetivos do trabalho, descrevendo as estratégias pedagógicas abordadas nesse período pandêmico com aulas remotas que beneficiaram o aprendizado dessas crianças com TEA e descrever também as dificuldades que passaram com as aulas remotas.

3.2 Levantamento dos estudos bibliográficos preliminares

O levantamento bibliográfico foi realizado entre os meses de Janeiro a Novembro de 2022, através dos descritores: Educação inclusiva; Ensino e Aprendizagem; Transtorno do Espectro Autista; Ensino remoto. Os critérios de inclusão para as buscas foram: artigos com a temática do estudo, escritos no idioma português, publicados entre os anos de 2020 a 2022 disponíveis na íntegra de forma gratuita em pesquisas abertas no Google. Foram encontrados 10 artigos, foram excluídos 4 artigos referentes incompletos, e foram utilizados como base de estudo 6 artigos.

Os dados foram tratados por meio de estatística descritiva utilizando os programas *Microsoft Word 2007* e *Microsoft Excel 2007* para organização dos dados e obtenção das frequências simples, que foram apresentados por meio de tabelas, analisados e discutidos com base na literatura concernente.

3.3 Leituras do material

Foram utilizadas informações indispensáveis acerca dos artigos selecionados, das citações, autores, ano de publicação, objetivos, metodologias, resultados e discussões e considerações finais.

Nesta etapa foi elaborado o quadro a seguir:

ARTIGOS CIENTÍFICOS

AUTOR	ANO	TEMA	PALAVRAS CHAVES	PUBLICAÇÕES
SANTOS, Isabele	2021	Crianças com Transtorno do espectro autista em tempos de pandemia	Crianças. Transtornos. pandemia	Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1980-4512. DOI: https://doi.org/10.5007/1980-512.2021 e 79005 pág. 1 a 25.
BARROS, Ludmila	2020	As impossibilidades do ensino remoto	Infância. Transtorno. Alfabetização	Revista da UFF.
SOUZA, Rita	2021	Os desafios da educação Inclusiva de alunos com Transtornos de Espectro Autista durante a pandemia	Educação. Transtorno. Pandemia.	Universidade Federal de Santa Catarina: https://repositorio.animaeducacao.com.br
EVENCIO. Katia	2020	Ensino em tempos de Pandemia: Orientações para ensino inclusivo	Pandemia. Ensino Inclusivo. Autismo.	Revista VII nacional de Educação 2020.
COSTA, Michel	2021	Transtorno Autista intervenção a saúde e a educação	Pandemia. Criança. inclusão	autismo-07-2020/file Pág 1 a 28.
CARDOSO, Paloma	2021	Inclusão de crianças com TEA	Infância, Transtorno do Espectro Autista, Alfabetização.	Revista VII nacional de Educação 2020

3.4 Fichamentos

Após a análise do material, informações da coleta, nesta etapa foram examinadas as ligações metodológicas entre os estudos e discussões conforme os demais aspectos da bibliografia analisada. Como instrumento, foram realizados fichamentos diretos.

3.5 Organização lógica do assunto

A organização lógica do assunto, deu-se pela leitura insistente do material selecionado para assim ser formulado e escrito o trabalho aqui apresentado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da intensa busca realizada, esta análise buscou discutir os principais resultados emanados da pesquisa bibliográfica efetuada, deste modo e em consonância com os objetivos da pesquisa foram identificadas as seguintes temáticas na análise:

I - os elementos que dificultaram o processo de ensino e aprendizagem de crianças com TEA durante o ensino remoto; estratégias pedagógicas utilizadas durante ensino remoto;

II - elementos que beneficiaram o processo de ensino e aprendizagem de crianças com TEA durante o ensino remoto.

4.1 Elementos que dificultaram o processo de ensino e aprendizagem de crianças com TEA durante o ensino remoto.

De acordo com o estudo de Evencio (2020), ao contrário das experiências que são planejadas desde o início e projetadas para serem online, o ensino remoto é uma mudança temporária de ensino para um modo de ensino alternativo devido a circunstâncias de crise. O objetivo principal nessas circunstâncias não é recriar um ecossistema educacional robusto, mas, sim, fornecer acesso temporário à instrução e aos suportes instrucionais de uma maneira rápida de configurar e estar disponível de maneira confiável durante uma emergência ou crise. Quando entendemos o ERE dessa maneira, podemos começar a separá-la do aprendizado.

Com a expansão viral em território nacional, no início do ano de 2020, o sistema educacional brasileiro público e privado se viu obrigado a lecionar a partir do ensino remoto, de forma análoga ao atualmente conhecido EaD, como uma forma de promover o distanciamento social e barrar a transmissão do agente patogênico (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020).

De acordo com o estudo de Evencio (2020), “inúmeros tem sido os desafios: o

suporte tecnológico aos discentes para acompanhamento das atividades remotas, a normatização das ações e dos procedimentos, a formação dos professores”. Nesse âmbito, serão apresentadas e exploradas algumas dificuldades e desafios que permeiam o ensino à distância brasileiro atualmente, entre os quais se destacam o impacto emocional nos alunos e profissionais da Educação, o abandono e evasão escolar pela escassez de recursos aptos ao estudo nas residências dos respectivos alunos, as dificuldades enfrentadas por estudantes de zonas rurais, entre outros.

O avanço das tecnologias digitais de informação possibilitou a criação de ferramentas que podem ser utilizadas pelos professores em sala de aula, o que permite maior disponibilidade de informação e recursos para o educando, tornando o processo educativo mais dinâmico, eficiente e inovador.

Nesse sentido, o uso das ferramentas tecnológicas na educação deve ser vista sob a ótica de uma nova metodologia de ensino, possibilitando a interação digital dos educandos com os conteúdos, isto é, o aluno passa a interagir com diversas ferramentas que o possibilitam a utilizar os seus esquemas mentais a partir do uso racional e mediador da informação.

No entanto, muitos professores ainda vêem a tecnologia em sala de aula como mais uma ferramenta de ensino onde, por muitas vezes, aplicam a mesma metodologia tradicional de ensino, o que pode significar um retrocesso diante dos avanços tecnológicos no qual vivemos ligação entre os participantes de um mesmo curso. (KENSKI, 2004, p. 67)

De acordo com Souza (2021), além da utilização de diferentes recursos, muitos professores confrontaram-se com a dificuldade de acesso, por parte de muitas famílias onde não possuíam uma alternativa a não ser um telefone com o aplicativo de mensagens instantâneas. A curadoria de recursos realizada por educadores, no qual os professores e alunos possam em conjunto trocar informações de forma proveitosa, é essencial para que o processo possa acontecer.

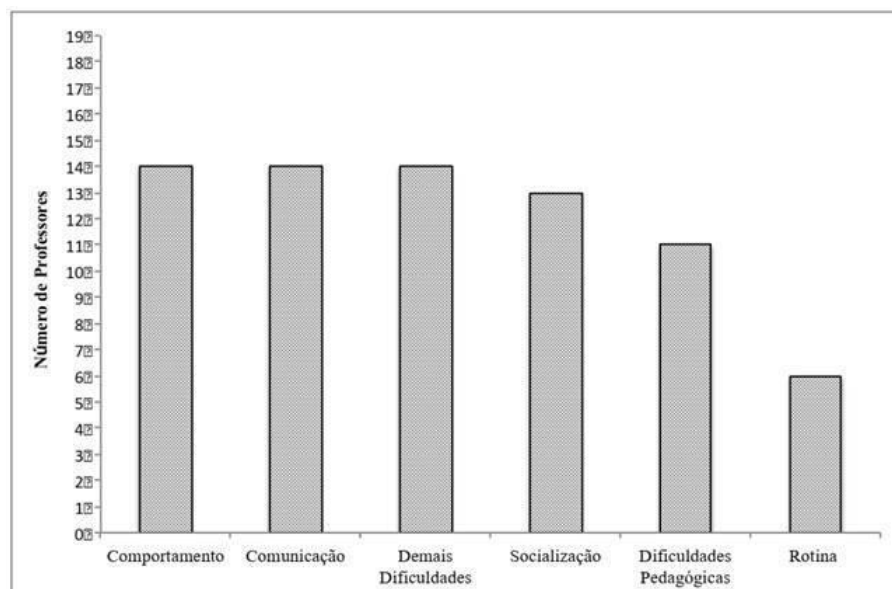
A criatividade dos professores brasileiros em se adaptar à nova realidade é indescritível no que se trata da criação de recursos midiáticos: criação de vídeo aulas para que os alunos possam acessar de forma assíncrona, além das aulas através de videoconferência para a execução de atividades síncronas como em sala de aula. Uma revolução educacional sobre o quanto a tecnologia tem se mostrado eficiente e o quanto as pessoas precisam estar aptas a esse avanço tecnológico. Não se trata aqui de utilizar as tecnologias a qualquer custo, mas sim de acompanhar consciente e deliberadamente uma mudança de civilização que questiona profundamente as formas institucionais, as mentalidades e a cultura dos sistemas educacionais

tradicionais e, sobretudo, os papéis de professor e de aluno (LÉVY, 2005, p. 172).

Professores que tinham pouco ou nenhum contato com tecnologia precisaram começar a planejar aulas mediadas por telas junto a seus coordenadores pedagógicos, ao mesmo tempo em que descobrem sobre o funcionamento de ferramentas tecnológicas. Com aulas online, surgiram novos desafios que não eram comuns nos encontros presenciais, tais como problemas de conexão e engajamento dos alunos à distância. A insegurança gerada entre o corpo docente pode ser dividida em fases. A inquietação dos professores com questões mais técnicas, como, por exemplo, dar aula online, gravar vídeos e como os alunos irão acessar o material em casos em que não contam tecnologia em casa, soma-se a uma preocupação com a participação dos estudantes. Em contrapartida, muitos professores se destacaram no desenvolvimento de suas atividades, assim como se tornaram parceiros e inspiração para outros educadores no desempenho e criatividade na criação de recursos audiovisuais pedagógicos no ensino remoto.

O estudo discutido por Souza (2021), apresenta interessantes aspectos inerentes aos desafios enfrentados por professoras no processo educativo de alunos com TEA durante a pandemia.

FIGURA: Dificuldades encontradas por professores



Fonte: Souza (2021)

O estudo aponta como fatores dificultadores aspectos relacionados ao comportamento; comunicação; demais dificuldades; socialização; dificuldades pedagógicas e rotina. De acordo com as ponderações de Costa (2021), há maior recorrência, nas falas das professoras entrevistadas, sobre as dificuldades comportamentais, de comunicação e demais dificuldades - as primeiras se referem aos aspectos comprometidos em indivíduos com TEA, já as demais dificuldades se referem às questões que não estão diretamente ligadas ao aluno, mas à escola e à comunidade em que o aluno está incluído.

No estudo de Santos (2021), mostra que o comportamento, uma das áreas que possui desenvolvimento atípico em indivíduos com autismo, foi citado por 14 professoras como uma grande dificuldade no trabalho e na inclusão de crianças com TEA. Dentro do aspecto comportamental, a maior dificuldade apontada foi o manejo de comportamentos atrelados à recusa em fazer atividades/seguir rotinas e regras. Dez professoras relataram ter dificuldade com o aluno em fazer determinadas atividades e/ou seguir a rotina e regras na escola e sala de aula, o que gera comportamentos desafiadores.

Já no estudo de Barros (2020), o Ensino em Tempos de Pandemia: Orientações para ensino inclusivo das crianças com Autismo mostra as dificuldades da criança com TEA em engajar-se em uma atividade escolar pode estar fortemente atrelada a características do transtorno que são relacionadas, por exemplo, a interesses restritos e à inflexibilidade para engajar-se em tarefas não preferidas. Trata-se de um conjunto de características bastante peculiares que se refletem em dificuldades comportamentais que necessitam ser compreendidas a partir do conhecimento dos interesses e das preferências do aluno e suas dificuldades, mas que são, como exemplificado acima, frequentemente interpretadas como birra ou recusa proposital.

No estudo de Souza (2021), relata-se ter dificuldades nessa questão. Essas estereotipias diversas, que comumente podem envolver balanço do corpo, agitação das mãos, dentre outros, podem ocorrer em situações tanto de frustração quanto de satisfação das crianças com autismo. Já no ambiente escolar, também estão frequentemente associadas à realização de atividades preferidas e/ou desencadeadas pelas características do TEA, de inflexibilidade frente a interesses restritos que possui e/ou rigidez de sequências de atividades ou disposição de

objetos na sala de aula. As professoras demonstraram que esse comportamento é compreendido não pela ótica do que caracteriza o TEA, mas por suposições dos seus objetivos ou como qualidade pessoal de um aluno.

4.2 Elementos que beneficiaram o processo de ensino e aprendizagem de criança com TEA durante Ensino Remoto.

Desenvolvido pela empresa americana Google e lançado em agosto de 2014, o Google Classroom (ou Google Sala de Aula, na tradução para o português) é uma plataforma que cria uma sala de aula virtual, uma forma síncrona (tempo real) e assíncrona (independente do tempo real) de e-learning (educação online que emprega recursos computacionais) sendo considerado uma das melhores plataformas para desenvolver os trabalhos pedagógicos (YESKEL,2014).

O Google Sala de aula é um serviço gratuito para escolas, organizações sem fins lucrativos e qualquer usuário que tenha uma Conta do Google pode utilizá-la. Com o Google Sala de aula, os professores e alunos se conectam facilmente, dentro e fora das escolas. O Google Sala de aula economiza tempo e papel, além de facilitar a criação de turmas, distribuição de tarefas, comunicação e organização.(LAYERS EDUCATION,2020).

O uso dessa ferramenta no ensino pode ser benéfico para ambos, alunos e professores, pois tem potencial de contribuir com a comunicação e o fluxo de trabalho. Em minutos, os professores podem, de forma segura e gratuita, criar uma sala de aula virtual, adicionar alunos e adicionar conteúdos.

Os professores conseguem supervisionar o andamento dos alunos e entregar feedbacks. Quanto às tarefas, podem estabelecer prazos de entrega, atribuir notas e acompanhar tudo em um único lugar, inclusive gerar relatórios com as Planilhas Google, o que ajuda a monitorar a qualidade do ensino.

Por ser um ambiente integrado com a plataforma Google, o GSA incorpora em seu ambiente virtual todos os aplicativos já existentes do Google, como o editor de texto Google Docs, o Google drive, Gmail, YouTube, Planilhas Google, Google Slides.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante todo o exposto, no decorrer deste estudo, procurou-se demonstrar a real dimensão do chamado Transtorno do Espectro Autista, como é classificado atualmente em nossa sociedade, e quais as medidas tomadas pelo Estado Brasileiro no que concerne ao atendimento das pessoas com essa peculiar condição.

Os direitos das pessoas autistas, em nosso país, são amplamente tutelados por inúmeros veículos legais. Ademais, como explanado, a elas também se estendem todos os direitos concedidos às pessoas com deficiência em geral, tamanha a gama de recursos a elas disponíveis. O papel estatal no apoio às pessoas com TEA é indiscutivelmente e extremamente relevante, pois é a partir da atuação estatal, por meio das chamadas políticas públicas, que realmente se verifica a mudança em concreto, o atendimento efetivo, sendo ele no âmbito da educação, da saúde, da acessibilidade, da inclusão, entre outros.

Este trabalho traz à tona os proveitos da inclusão escolar para o processo de ensino-aprendizagem de crianças com TEA, salientando o período de pandemia. Sabendo que alunos com deficiência não precisam apenas pertencer à escola, mas devem fazer parte de uma comunidade escolar que luta pela inclusão social, para que o aluno sinta-se pertencente a ela. Para que a inclusão exista e para que o potencial da criança com TEA seja aproveitado ao máximo, a responsabilidade não é exclusiva da escola, mas de todas as partes envolvidas. Consequentemente torna-se imprescindível a relação entre a família e a escola, além da formação especializada dos profissionais da educação, que durante o período pandêmico tiveram que se reinventar e encarar os desafios referentes à tecnologia.

Paralelamente, vemos que as políticas educacionais têm como parâmetro a igualdade de direito entre as pessoas, visando uma educação de qualidade para todos, com respeito às diferenças.

Concluindo, em investigações futuras é possível levantar novas pesquisas sobre a preparação de professores de alunos com TEA para o período pós pandemia; estratégias para tentar minimizar os prejuízos na aprendizagem causados pelo período pandêmico; processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino remoto emergencial.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** Elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ÁVILA, J. P; OLIVEIRA, R. T. V; SILVA, I. D. R. A importância dos pais na vida escolar de crianças de 2 a 6 anos: os primeiros passos para a cidadania. **Revista intraciência**, v. 10, n. 1, 2015. Disponível em <http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170531134616.pdf> acesso em: 08 ago. 2022.

CASTRO, E. **Afetividade e limites:** Uma parceria entre família e escola. 4. ed. Rio de Janeiro: WAK, 2012.

CHRAIM, A. M. **Família e escola:** A arte de aprender e ensinar. Rio de Janeiro: WAK, 2009.

CREPALDI, E. M. F. A importância da família na escola para a construção do desenvolvimento do aluno. **Anais do IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação**, 2017. Disponível em <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25972_13983.pdf> acesso em: 01ago. 2022.

DIAS, S. G. et al. A importância da participação dos pais na educação dos filhos no contexto escolar. **Anais do III Congresso Nacional de Educação**, 2015. Disponível em <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA 6_ID1840_24072015180937.pdf> acesso em: 23 jul. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2008.

KONKIEWITZ, E. C. **Criança, família e escola**. 1. ed. São José dos Campos: Pulso editorial, 2015.

MASSCHELEIN, J. **Em defesa da escola:** Uma questão pública. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

OLIVEIRA, E. L. T. A participação da família na melhoria do desempenho escolar e qualidade educacional. **Revista Eletrônica de divulgação científica da faculdade Dom Domênico**, v. 2, n. 2, 2009. Disponível em <http://www.faculadadedondomenico.edu.br/revista_don/artigo4_ed2.pdf> acesso em: 04 ago. 2022.

PAIVA, J. I. **Escola e família:** A participação dos pais no processo de ensino – aprendizagem. Artigo extraído do trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campina Grande, 2010. Disponível em <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/escola-e-familia>>